

GESTÃO DEMOCRÁTICA E A ESCUTA DAS CRIANÇAS: A INFÂNCIA COMO SUJEITO POLÍTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MURILO BRAGA

Email: muribraga@live.com

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

ROBERTA ROCHA BORGES

Email: borgesrocha@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

VIVIANI VISENTIN BERGAMASCHI

Email: vi@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Introdução

A gestão democrática na educação constitui princípio estruturante das políticas educacionais contemporâneas, articulando-se à defesa de uma escola como direito social e à ampliação da participação nos processos decisórios. No campo da Educação Infantil, essa perspectiva exige reconhecer a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura, o que implica considerar a escuta das crianças como dimensão constitutiva da gestão educacional.

Este trabalho discute a relação entre gestão democrática e escuta das crianças na Educação Infantil, abordando fundamentos teóricos, implicações político-pedagógicas e desafios para a construção de práticas institucionais que reconheçam a infância como



sujeito político. A reflexão fundamenta-se em revisão teórica de autores brasileiros e internacionais que problematizam democracia, participação, infância e educação.

Parte-se do argumento de que a escuta das crianças não se restringe ao campo pedagógico, mas constitui dimensão estruturante da gestão democrática, contribuindo para instituições educativas mais justas, participativas e comprometidas com os direitos das crianças.

Escuta das crianças e gestão democrática na Educação Infantil

A gestão democrática da educação está historicamente vinculada às lutas pela ampliação dos direitos sociais e pela democratização do Estado. Para Paro (2016), a democracia na escola se concretiza quando os sujeitos envolvidos no processo educativo dispõem de condições efetivas de participação nas decisões que orientam a vida institucional.

Cury (2002) destaca que a gestão democrática deve ser compreendida como processo político e pedagógico marcado por tensões e disputas. Não se trata de modelo acabado, mas de construção permanente que exige diálogo, transparência e reconhecimento dos sujeitos como produtores de direitos.

Na Educação Infantil, essa discussão assume características próprias, pois envolve sujeitos historicamente pouco reconhecidos nos processos decisórios: as crianças pequenas. Assim, pensar a democracia nesse campo exige ampliar o conceito de participação.



Sarmento (2005) afirma que as crianças produzem culturas próprias e interpretam ativamente o mundo social. Corsaro (2011) demonstra que elas participam da construção da vida social ao negociar significados e relações no cotidiano.

Reconhecer a criança como sujeito político implica admitir que a democracia se constrói desde a primeira infância. A participação infantil manifesta-se no brincar, nas narrativas, nos gestos e nas interações cotidianas.

A escuta das crianças constitui princípio ético e político central. Rinaldi (2012) afirma que escutar significa adotar postura de abertura às hipóteses e perguntas das crianças. Malaguzzi (1999) lembra que elas se expressam por “cem linguagens”, incluindo palavras, desenhos, gestos e silêncios.

Barbosa e Richter (2015) ressaltam que a escuta desafia práticas pedagógicas tradicionais e exige reorganização dos tempos, espaços e relações institucionais.

Nesse debate, Moss (2014) propõe compreender as instituições de Educação Infantil como espaços públicos de encontro e debate democrático. Para o autor, esses contextos podem funcionar como fóruns nos quais diferentes sujeitos participam da construção da vida coletiva. Nessa perspectiva, creches e pré-escolas podem constituir espaços de experimentação democrática na sociedade.

Nessa mesma direção, Borges (2019) destaca que a escuta das crianças implica reconhecer sua participação na construção do cotidiano educativo, considerando suas interpretações e experiências sobre a vida institucional.



Quando as experiências das crianças são consideradas na organização da instituição, ampliam-se as possibilidades de práticas democráticas efetivas. Como afirma Borges (2019), a escuta infantil pode orientar decisões pedagógicas e institucionais, contribuindo para processos de gestão mais participativos na Educação Infantil.

A incorporação da escuta das crianças na gestão democrática implica rever modos tradicionais de organização institucional. Bondioli (2013) destaca que a qualidade dos serviços educativos está associada à capacidade das instituições de promover processos participativos entre todos os sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, escutar as crianças significa reconhecer que elas produzem interpretações próprias sobre o cotidiano institucional. Suas perguntas, brincadeiras e narrativas revelam modos singulares de compreender a cultura da infância.

Considerações finais

A escuta das crianças constitui dimensão central para a efetivação da gestão democrática na Educação Infantil. Ao reconhecer a infância como sujeito político, amplia-se o sentido da democracia nas instituições educativas.

Mais do que prática pedagógica pontual, a escuta deve ser compreendida como princípio estruturante da organização institucional. Sua efetivação exige formação continuada dos profissionais da educação e construção de culturas institucionais baseadas no diálogo e na participação.



Assim, a Educação Infantil afirma-se como espaço privilegiado para a vivência da democracia desde a primeira infância, contribuindo para a formação de sujeitos que experimentam, desde cedo, valores como respeito, diálogo e participação.

Referências

- BARBOSA, M. C. S.; RICHTER, S. **Escuta das crianças e Educação Infantil**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BONDIOLI, A. **Partecipazione e qualità nei servizi per l'infanzia**. Milano: FrancoAngeli, 2013.
- BORGES, R. R. **Escuta e participação das crianças na Educação Infantil**. Relatório de Pós-Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2019.
- CORSARO, W. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CURY, C. R. J. **Gestão democrática da educação**. Educação & Sociedade, Campinas, 2002.
- KRAMER, S. **A infância e sua singularidade**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MALAGUZZI, L. **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MOSS, P. **Transformative change and real utopias in early childhood education**. London: Routledge, 2014.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2016.
- RINALDI, C. **In dialogue with Reggio Emilia**. London: Routledge, 2012.
- SARMENTO, M. J. **As culturas da infância**. Petrópolis: Vozes, 2005.

